ATA DA 199ª REUNIÃO ORDINÁRIA CAE/MG

Aos dois dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, às quinze horas, através de videoconferência (/meet.google.com/wyg-wkqq-zbo), reuniu-se o Conselho de Alimentação Escolar do Estado de Minas Gerais (CAE/MG) para a 199ª Reunião Ordinária tendo como pauta: 1) Aprovação da ata da 198ª Reunião Ordinária; 2) Prestação de Contas 1º Semestre de 2021; 3) Monitoramento CECANE UFV - PNAE 2021; 4) Relato das visitas realizadas nas seguintes escolas: EE Cristina Câmara e EE Professor Gastão Valle de Bocaiúva, Ee Dr. Amaro Neves Barreto de BH, EE José Pereira Cançado de Caeté, EE Maria de Salle Ferreira de Contagem, EE Gervásio Lara de Santa Luzia, EE Dr Avelar de Sete Lagoas, EE Comendador Nascimento Nunes Leal de Resplendor, EE Israel Pinheiro e EE Prof. Nelson de Sena de Governador Valadares e EE Dona Alice de Mendonça de São Francisco e EE Indígena Bukimuju e EE Indígena Bukinuk de São João das Missões; e 5) Assuntos Gerais. Com a presença dos conselheiros: Célia de Lima Carvalho, Maria Helena Gabriel e Múcio Alberto Cordeiro (representantes dos educadores/Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais/Sind-UTE/MG); Joseane Maria Pascoal de Moura (representante da N’Golo- Quilombolas);Thaís Ferreira de Alencar Freitas (representante da Secretaria de Estado da Educação/MG); Andréa Oliveira Souza de Souza( representante Pais de Alunos - EE Instituto de Educação de Minas Gerais); Ercivane Aparecida da Silva Brito e Cléia Lima Moreira (representantes de Pais de Alunos - EE Leon Renault). Como convidado: Fábio Proença e Júlia Sanders Paolinelli (Representante DIEESE- SIND-UTEMG), Maria Aparecida Nobre (Diretoria de Prestação de Contas do órgão central da SEE/MG) e Tatiane Guimarães Perri Maciel (Responsável Técnica do PNAE/MG - Diretoria de Suprimento Escolar). Equipe Executiva: Janete Gonçalves, Júnia Kátia da Silva e Rosimária R. Pinheiro. Ausências justificadas: Valéria Batista Nascimento e Erika Ersinzon (representantes da Secretaria de Estado da Educação/MG) Maria Nazaré dos Santos, Manoel Rosalvo, Paulo Gustavo Grossi, Neuzete Fátima de Lima e Umbelina da Conceição Rodrigues (representantes dos educadores/Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais/SindUTE/MG),Tânnia Aparecida da Silva Oliveira (representante da N’Golo- Quilombolas), Marco Antônio David de Melo (representante de Pais e Alunos - EE Caetano Azeredo) e Flávia Cristina Fernandes de Araújo (representante de Pais e Alunos - EE Pedro II). A Presidente Célia cumprimenta a todos os presentes e inicia a reunião falando a todos da pauta da reunião que foi enviada a todos os conselheiros. Como primeiro ponto é a aprovação da ata da 198ª Reunião Ordinária, relembra os pontos tratados, questiona se há alguma objeção a aprovação da ata. Não tendo nenhuma objeção ata da 198ª Reunião Ordinária é aprovada por unanimidade. A conselheira Thaís pede que a pauta sobre Prestação de Contas fique por último, já que quem irá apresentar será o Sr. Roberto Horta (representante da DISE), o qual está em outra reunião, e, portanto, chegará mais tarde. A Secretária Executiva Janete diz à Presidente Célia que pelo Regimento Interno a Prestação de Contas não poderá ser tratada nesta reunião porque não tem quórum. Será necessário realizar uma Reunião Extraordinária para tratar da Prestação de Contas. A Presidente Célia pergunta à conselheira Thaís sobre a questão da agricultura familiar e o porquê de algumas caixas escolares não terem recebido repasse, e a conselheira Thaís responde que todas essas questões de execução do PNAE serão respondidas pelo Sr. Roberto que está ciente. Diz que irá solicitar que ele também envie para todos os conselheiros essas respostas. A Presidente Célia pergunta à Secretária Executiva Janete qual será o próximo ponto de pauta, no que ela responde que o próximo assunto é sobre o monitoramento do CECANE, que ocorreu nos dias 23 e 26 de novembro. Fala que no dia 23 ocorreu uma videoconferência na parte da manhã, com uma apresentação de como seria o trabalho realizado com o CAE. Foi informado que neste ano eles incluíram visitas em algumas escolas estaduais da região metropolitana e de outros municípios. Será realizada uma reunião com as nutricionistas, porque esse ano temos as nutricionistas do estado nas regionais. Na parte da tarde a reunião foi específica com o CAE para preenchimento do questionário que será encaminhado ao FNDE. O CECANE elogiou muito os trabalhos do CAE/MG. Lembrou que ainda falta que a legislação do CAE seja atualizada, a qual já foi solicitada, no início do ano, a SEE e o processo já está em andamento dentro da Secretaria, e que aguardando a finalizada da atualização e sua publicação, e por esse motivo o Regimento Interno também não está atualizado, pois aguardamos a publicação do novo Decreto. Fala que no dia 26 foi realizada a reunião final, apresentando o Plano de Ação, e o que foi pontuado para o CAE foi a questão novamente da atualização da legislação, para que esteja em conformidade as novas resoluções que foram publicados em 2020/2021, foi sugerido avaliar a possibilidade da participação de um estudante no CAE, falaram que é interessante a presença desse ator que é envolvido dentro do programa. Informa que foi relatado ao CECANE que o CAE já teve na composição representantes de estudantes, contudo os mesmos não participavam. O CECANE também falou sobre a atualização do Regimento. Reforçaram a importância da questão das verificações in loco, das visitas, e foi informando aos mesmos que neste ano seria visitadas um total de 28 escolas, apesar de toda essa situação de pandemia, os conselheiros vão fazer esse número de visitas. O CECANE também reforçou a necessidade da publicidade das ações do CAE, e informamos que o CAE tem um site onde é dada publicidade as ações do conselho. A Secretária Executiva Janete fala que, o CECANE, conforme o Plano de Ação apresentado, estivesse cobrando também a necessidade da própria Secretaria dar essa publicidade para o CAE, e pergunta aos conselheiros se eles se lembram que na própria Resolução pede que a cada início do ano a Secretaria informe às escolas o papel do CAE e quem são os Conselheiros do CAE. O conselheiro Múcio diz que nesse tema que foi colocado, acredita ser muito importante que tivesse de fato essa divulgação da importância do papel do CAE, diz que o que a conselheira Maria Helena colocou sobre a dificuldade que às vezes se encontra em algumas escolas e tentamos resolver com a reunião com as Superintendências, porém não foi possível, diz que inclusive , propõe para o início do ano que vem ,que logo que as reuniões retornem, que haja uma nova oportunidade de conversar com os Superintendentes, ou no mínimo com a Chefia de Gabinete, para ter um diálogo no sentido de mostrar que o papel do CAE é importante para a sociedade, assim como  deveria ser importante para estrutura do Estado, e é muito sério, às vezes ficamos com uma responsabilidade desse tamanho e não temos o devido respeito , compreensão e entendimento pelo Gestor Público, quem faz a gestão do recurso. E que não fosse como foi a última reunião com as 47 juntas porque é muito mais fácil conversar com grupo menor do que com o grupo do tamanho que foi da outra vez. A conselheira Ercivane pede a palavra e fala que o Conselho deveria perguntar às SRE’s, como estão fazendo propaganda do CAE nas suas Superintendências. Diz que é muito pouco o valor que eles dão. E também pouco espaço para fazer divulgação sobre o Conselho. A propaganda do Conselho é muito pouca. Diz que em uma formação que fez sobre alimentação saudável, agora fica recebendo e-mails frequentemente, e o CAE deveria fazer o mesmo, ser mais incisivo, e as informações sobre o Conselho é de interesse de todos, tanto os pais, quanto dos alunos. Diz que é preciso intensificar essa divulgação. A Secretária Executiva Janete fala sobre o Plano de Ação para o ano de 2022, para incluir a previsão de reuniões com as 47 SRE’s, e caso o Plano seja concluído no início do ano, as reuniões poderão ser programadas março. A Presidente Célia fala que é necessário também a participação das nutricionistas, pois elas estão mais próximas das escolas estaduais e acompanham mais e fazem treinamento onde poderão fazer também a divulgação sobre o CAE, pois é o dia a dia dessas profissionais, que estão mais próximas da escola, enquanto os Superintendentes não. A conselheira Maria Helena pede a palavra e fala que em Uberaba, que é onde reside, não foi em nenhuma escola para verificar como estão as condições de alimentação das escolas estaduais. E relata que, ao encontrar com um diretor de escola, ele relatou a ela que quando servem pão com salsicha é o maior sucesso. E ela o respondeu dizendo que é conselheira do CAE e nunca viu que pão com salsicha é alimentação saudável, e que iria começar a fazer visitas ás escolas para averiguar essas irregularidades. E diz que dar doces e esse tipo de alimentação entre as crianças faz sucesso mesmo, o que não é o certo. E diz também que o CAE nunca teve denúncia de irregularidades nas escolas de Uberaba, mas pode afirmar que há muita coisa errada. A Presidente Célia diz que devemos pensar na possibilidade de visitar essas escolas em Uberaba. E a conselheira Maria Helena pergunta se todas as escolas estaduais de Minas Gerais são visitadas. E ela mesmo responde, que pelo número de conselheiros, acha pouco provável que seja feita visitas em todas as escolas. A Presidente Célia diz que são poucos que têm disponibilidade para fazer visitas. E que a partir de agora, poderíamos priorizar regiões que o Conselho não visitou como as cidades de Uberaba e Uberlândia. A Secretária Executiva Janete diz que fará um levantamento sobre as escolas que o CAE visitou e passará para os conselheiros. Desta forma os conselheiros poderão avaliar quantas escolas foram visitadas durante esse mandato. A Presidente Célia diz que assim ficará mais fácil construir o planejamento das visitas. A Secretária Executiva Janete diz ainda que o CECANE reforçou a necessidade de treinamento com o Conselho e demais atores. E a Presidente Célia reforça que nos dias 08 e 09 de dezembro de 2021 haverá treinamento de formação virtual para o Conselho, e pede que os conselheiros participem desse treinamento. E diz que, inclusive, o Conselho está com poucos conselheiros que podem visitar as escolas, mas ao mesmo tempo, não podemos sobrecarregar os outros. E há conselheiros de alguns segmentos que desde o início da pandemia não tem participado, apesar de já ter sido encaminhado Ofício às entidades sobre essa questão. E sabemos da importância desses atores na tomada de decisões. E diz que, em determinado momento, teremos que seguir à risca o que diz o Regimento sobre a questão da substituição. A Secretária Executiva sugere que se faça um e-mail para cada conselheiro, lembrando a questão do Regimento Interno, que tem a possibilidade de substituição pela ausência e reforçando a importância da participação de todos e solicitando quais as dificuldades para participação. Lembra que foram encaminhados no ano passado e nesse ano. Assim como pedimos também a participação de todos nas reuniões através do grupo de WhatsApp. E Presidente Célia diz que como já foram encaminhados alguns Ofícios, vale mais numa tentativa. Fala também sobre a programação de reuniões para o ano de 2022, daí a Secretária Executiva Janete diz que a Equipe Executiva estará em férias nesse período de fim de ano. E pergunta se poderia agendar a primeira reunião do ano de 2022 a partir de fevereiro. Pois a Secretaria fará o envio da Prestação de Contas do PNAE até dia 15/02/2022, que é o prazo que ela tem normalmente e só depois começa o prazo do Conselho, que é 60 dias, ou seja, a SEE deverá apresentar o 4º trimestre em fevereiro, então estaríamos analisando este último que ficará faltando para avaliação e depois emissão do Parecer que seria a partir de março. A Presidente Célia pergunta se há alguma objeção com relação a esse assunto, que é o retorno das reuniões em fevereiro, e ninguém se manifesta. E passa-se para o próximo ponto de pauta que é em relação ao Relatório de Visitas, pois precisamos saber se a Secretaria irá liberar os equipamentos para a realização dos relatórios feitos sobre as visitas escolares. A Secretária Executiva Janete diz que falou com a Superintendente Edneá, que é do setor de finanças sobre esse assunto, e ela respondeu que irá verificar a movimentação desse processo dentro da Secretaria, na questão desse atendimento, fala que relatou a ela sobre as dificuldades do CAE e da importância desse equipamento. A Presidente Célia diz que é muito importante, sim. Tem algumas pessoas que têm mais facilidade e outras não. Tem pessoas dinâmicas, que estão sempre dispostos a trabalhar, e com esses equipamentos iria auxiliar e muito na questão dos relatórios. E passa a palavra para a conselheira Maria Helena que diz que é muito importante fazer as visitas, é cansativo, é penoso, porém aprende-se muito dentro daquilo que o Conselho propõe, porém acabamos vendo coisas, participa, se ouve as pessoas de fato. Relata que as visitas que realizou foram muito boas, porém os diretores são muito hostis, tratam os Conselheiros de qualquer jeito e tudo isso falado anteriormente desanima um pouco quem faz as visitas. Quando se chega numa escola, não se tem recepção boa, diz isso porque o Conselho não é vendedor de nada, estamos querendo saber as coisas que acontecem ali dentro e o diretor fica muito cismado com o que que é pedido para eles, passam muito aperto, no entanto há diretores amáveis. Alguns são muito hostis, e sequer oferecem um copo com água, não pedimos muita coisa. O que se vê é muito exagero do Estado, onde pode-se observar e filmar o exagero de utensílios e aparelhos que o estado coloca dentro das escolas, muita geladeira, freezer, não conhece a realidade dessas escolas, e se pergunta: será que as ASB’s terão habilidade para fazer os quitutes nesse forno elétrico, será que estão preparadas? Precisam de treinamento para o uso dessas máquinas. Durante as visitas, as cantineiras se espantam, pois, muitas estão sem uniforme, de brincos, chinelos, daí ficam apavorados. Por que aprenderam diferente e foram pegas de surpresa. Há muita coisa ainda por fazer, escolas em que o refeitório e a cozinha não têm ventilação alguma, e como exigir sapato e uniforme fechado se o lugar não oferece boas condições? O jeito é continuar visitando e vendo essa realidade. Mas precisamos ver como o Conselho agirá quando essas denúncias vierem à tona, e se elas não vierem à tona de verdade, passar o material para o Sind-UTE e a colocarmos o Sind-UTE a par do que está acontecendo, pois é uma maneira de fazer a denúncia direto, pois estamos vendo que, fazemos nosso trabalho, no entanto o governo não tem interesse em resolver a situação. Investe nos trabalhadores, nas nutricionistas, porém queremos o retorno das visitas feitas nessas escolas, o quadro precisa melhorar. Porque o que se sabe é que tem escolas que já foram visitadas há muito tempo e não melhorou em nada. Isso precisa mudar, não temos certeza de nada, se será nessa gestão ou em outra, mas a experiência tem que ser passada para as pessoas e melhorar a maneira de conduzir essas questões no Conselho. E diz que de nada adianta, fazer as visitas, deixar fotos e relatórios escritos, em mãos de quem não irá fazer nada. Devemos ampliar esse leque de denúncias. Do contrário, ficará muito cômodo para o Governo falar que está tudo perfeito. E repete que em visita à escola indígena que pegou fogo, e dizer que ela está em completo atendimento, que tem dinheiro sendo investido, que há pedreiros trabalhando, que tem material para a reconstrução da escola, é uma mentira, não existe um tijolo em pé nessa escola que estivemos a semana passada, fala que tem muita coisa no CAE que precisa melhorar. Se continuar do mesmo jeito, o próximo grupo que vier vai continuar tudo do mesmo jeito. As escolas visitadas estão com o freezer cheio de ferrugem, prateleiras enferrujadas. Alimentos secos se misturando aos outros alimentos líquidos. O Conselho faz um trabalho muito rico, com condições de fazer um trabalho de denúncia perfeito. Diz que precisamos fazer um trabalho mais robusto para disseminar com os erros que ficam escondidos. Traçar um caminho um caminho em que possamos denunciar. A Presidente Célia fala sobre a visita feita na **Escola Estadual Maria Sales Ferreira**, em Contagem, diz que em 2019 já havia visitado essa escola, e na época existia uma área enorme que deveria ser o refeitório, que foi construído, porém servia como depósito de objetos e equipamentos que não estavam sendo mais utilizados, mas essa área não era usada para refeitório porque corria risco de desabar, então a escola na prática não tinha refeitório, os alunos se alimentavam nas arquibancadas, espalhados para todo lado, menos em um refeitório, essa escola estava em obras. Esse espaço que seria para refeitório foi desmanchado, a cozinha também desmanchada, a escola toda adaptada, adaptaram sala e cozinha, havia dois pedreiros na hora em que chegamos, e eles ficaram muito tempo sentados, e o tempo todo, não vimos, em momento algum, esses trabalhadores na obra. Uma obra grande, com refeitório e cozinha e diz que colocou no relatório em visita à escola, que a Superintendência de Ensino, engenheiro e outros setores da Secretaria, responsável por essas obras, que tivessem um olhar diferenciado em questão à essa escola, e acompanhar essa obra. Outra questão que foi relatado é que os alimentos que haviam em estoque no início da pandemia, haviam sido doados para a Igreja católica, e com autorização da inspetora. Relata que a diretora tinha um áudio no celular, onde a inspetora diz que havia conversado com outros órgãos, e que havia dito que poderia fazer a doação desses alimentos, para qualquer pessoa. Sendo que a escola tem alunos carentes que precisavam de alimentos. Então tem que verificar o que é isso. Porque encaminhamos relatórios para a Secretaria e para as SRE’s. Daí se pergunta: quem irá verificar esses relatórios, quem irá averiguar essas inconformidades? Assim como aconteceu em visita à escola em Mendes Pimentel em que a diretora pediu para que retirassem determinados itens que havia sido colocado no relatório, e a Presidente Célia disse que não retiraria o que foi relatado sobre a comida especial para a diretora. Daí tem que haver uma forma de cobrar. Pois quem irá averiguar essa denúncia é a própria inspetora. E se necessário acionar o Ministério Público e outros órgãos, que tem a obrigação de investigar essas denúncias, e ter muito cuidado com o iremos atuar nessas questões. O conselheiro Múcio pede a palavra e diz que muitas vezes a falta e conhecimento dos diretores com relação ao Conselho, faz com que eles sejam hostis. E no relato da conselheira Célia, sobre a doação dos alimentos para a Igreja, a diretora simplesmente: “deu esmola com dinheiro alheio”. Isso mostra a dificuldade que a inspetora que é representante do Estado dentro do ambiente escolar, e verificar se a legislação está sendo cumprida. E reforça que o Conselho não está para punir ninguém, somos todos parceiros, mas precisamos que o outro lado também nos enxergue como amigos. É preciso buscar diálogo mais intenso com os representantes do estado, com quem de fato, pratica a política pública. A Presidente Célia fala que sempre que visita uma escola, deixa bem claro que está ali como parceira, para auxiliar as escolas estaduais em tudo que estiver ao alcance do Conselho. Diz que a comunicação é o caminho. A conselheira Maria Helena diz que na escola indígena que ela a conselheira Célia visitou não voltam mais às aulas esse ano. O prefeito da cidade decretou estado de calamidade. Diz que viu a fala da Secretária de Educação, ontem, pedindo aos deputados, para que eles entrem em contato com os prefeitos para as aulas retornassem ainda este ano, citando as cidades, que o Governo estaria fazendo o maior empenho e que os meninos eram que estavam sendo prejudicados. Fala que está em região onde não tem nada plantado para comer, onde há dificuldades, escolas caindo aos pedaços e a Secretária com a preocupação de fazer política com os deputados para retorno as aulas. Fala que complicado ver essa situação. A Presidente Célia fala que o Governo teve quase 2 (dois) anos para fazer as obras que fossem necessárias e chegando nas escolas em visitas, praticamente todas estão passando por obras, diz que o Governo aguardou o retorno às aulas para ter mais pessoas e mais aglomeração nas escolas estaduais, diz que esse não é um Governo que pensa no coletivo, estão todas as escolas com estrutura precária. O conselheiro Múcio pede a palavra e diz que na fala da Secretária, percebe-se um verdadeiro assédio, até uma execração pública, pois em plena cadeia de TV, aberta para todos, citar nome de municípios sem levar em consideração qual é a realidade, porque como se sabe que pode até ter alguns que tenham como retornar às aulas, porém a grande maioria não tem condições. Vemos que as coisas só acontecem na reta final, foram quase 2 (dois) anos e nada foi feito. E no momento que divulgaram o retorno às aulas, fizeram uma maquiagem, com deputados representando e colocando dinheiro, para se dizer então que está tudo muito maravilhoso, porque a obra de qualquer jeito é mostrar uma Lavanderia a céu aberto de recursos, e sabemos no que que dá quando se faz obra nesse nível, é obra para durar muito pouco , para se fechar o mandato, isso é obra eleitoreira, não é obra pensando em quem de fato é carente desse obra, porque a escola de fato pertence à comunidade, não é do Estado, ele é apenas o precursor para que essa política aconteça, mas ela tem que servir ao povo e a obra tem que levar em consideração, e às vezes se faz obra que nem precisa , diz que já viu casos em que a escola jogou carteira nova fora porque vieram novas e tirando ou então eu vou aí do que qualquer preço espaço para comportar as novas chegaram outras e como foram compradas para todos, independentemente da necessidade ou não. A Presidente Célia sugere relacionar todas as irregularidades detectadas esse ano com relação aos Kits de alimentação, às visitas feitas à essas escolas estaduais nesse curto espaço de tempo que foi possível, e provocar o Ministério Público e o Tribunal de Contas, pois eles também são responsáveis por essa fiscalização dos recursos do dinheiro público e como está sendo utilizado, diz que eles também têm que se mexer. E passa a palavra para a Secretária Executiva Jan ete que fala sobre assuntos gerais: Processo SEI 1260.01.0043516/2021-11 – Ofícios 24 e 26 que solicitam informações a SEE referente a possibilidade de devolução de recursos pelo não cumprimento de 30% da Agricultura Familiar em 2020, a inclusão na prestação de contas de Relatórios do Power BI (percentual pago), justificativa pelo não pagamento e a informação dos procedimentos adotados para viabilizar o atendimento aos alunos e  justificativa dos procedimentos adotados juntos as Superintendências Regionais de Ensino, quando ocorrer o descumprimento da determinação prevista no §2º do artigo 10 da Resolução 06/2020, quanto ao repasse dos recursos em no máximo 5 (cinco) dias úteis – sem repostas; SEI 1260.01.0104935/2021-10 – Indicação da FASPAMG – em andamento na SEAD; SEI 1260.01.0034334/2021-90 – Plano de Ação – está na SA e SEAD – não atendido; SEI 1260.01.0124836/2021-63 – solicitação de identificação das escolas do campo na prestação de contas – foi encaminhado relação com as escolas de campo; SEI 1260.01.0051190/2021-05 – atualização da legislação do CAE – em andamento na SEAD; SEI 1260.01.0055040/2021-39 – denúncia E. E. Caio Nelson de Sena, da Superintendência Regional de Ensino Metropolitana B, bairro Caiçara – BH – sobre a divergência de informação em que a RT Tatiane Guimarães Perri Maciel repassou para o CAE a questão da apuração e procedência da denúncia, e a Metropolitana B encaminhou relatório da Inspetora falando que a denúncia não procedia, o processo atualmente está na DISE, na SEAD e SE; SEI 1260.01.0108224/2021-59 – Portal da Transparência – Despesas na dotação orçamentária dos Conselhos – valores lançados em 2020 e 2021- sobre a questão das divergências de informações entre o que está no Portal da Transparência sobre despesas pagas dentro do orçamento do Conselho e a informação que foi apresentada pelos Conselheiros do Executivo, referente aos valores que não foram pagos e que foram cancelados. Diz que foi reiterado esse Ofício e a Secretaria pediu para identificar quais seriam esses valores e o período, então foi encaminhado os relatórios que foram apresentados pela conselheira Thaís e pela e conselheira Beatriz durante as reuniões, incluindo os mesmos no SEI e encaminhamos para a Superintendente de Planejamento e Finanças, Sra. Ednéa que nos encaminhará a resposta. E pergunta à conselheira Thaís se ela gostaria de dizer algo a respeito, e ela pede que a Secretária Executiva Janete fale. Informa que o Portal da Transparência muitas vezes traz informações não atualizadas, não sabe se é o tipo de relatório disponibilizado ou se há outro local com as informações necessárias, e diz que pediu orientações à servidora da SEF, que é conselheira do ConsFUNDEB, Sra. Maria Auxiliadora, para que ela diga o que poderia ser repassado de informações concretas. Fala foi verificado na consulta apresentado pelo DIEESE que constava também a unidade executora do Conselho de Educação Estadual, além do CAE e do Fundeb. Diz que tem também as despesas que foram lançadas dentro do orçamento do Conselho e que não foram efetivadas, e que, conforme o sistema financeiro do Estado, foram canceladas. E diz que a SEE está em constante pesquisa junto à SEF para obter informações concretas, e o porquê não contém as informações do cancelamento. Fala que é importante verificar também o porquê isso está ocorrendo, se pelo tipo de despesa, como a questão patronal ou vantagens sendo pagas na hora de fazer esse pagamento, por engano, lança no orçamento do conselho. Precisaremos verificar na área de pessoal se quando fazem o pagamento, por poder ocorrer na fonte 23, que é a fonte do Fundeb, registram de forma incorreta nos conselhos. Outro ponto que podemos verificar do erro do lançamento e que os valores são de 4 (quatro) milhões e o orçamento do Fundeb é bem menor que esse valor. E quando se verificou o erro, pela falta de saldo orçamentário, ocorre o cancelamento. Fala que situações que podem ter ocorrido, mas ainda não temos um ponto fechado do porque está ocorrendo esses lançamentos de forma equivocada e dentro do orçamento do Conselho. A Presidente Célia diz que não entende como o Portal da Transparência pode dar tantas informações equivocadas. A Secretária Executiva Janete ressalta que se for verificar, na questão dos décimos terceiros salários anteriores, no Portal constava como pago dentro do exercício, e na verdade eram parcelados e pagos no Exercício posterior, então a forma de contabilização dentro do Portal tem uma diferenciação contábil, uma forma diferenciada de se fazer essa demonstração, o caminho que está sendo seguido não é o mesmo caminho para demonstrar o que precisamos realmente. E diz que deve ter algum lugar onde consta os acertos feitos ao final do ano, dentro do sistema financeiro do Estado, que é a movimentação financeira do que realmente foi executado e foi cancelado. Porém no Portal da Transparência aparece como pago. A Presidente Célia pergunta se está faltando pessoal na SEE para realizar esses acertos. A conselheira Thaís pede a palavra e fala que de acordo com a planilha de 07/10.2021, verifica-se que o real gasto é de R$2.987, 20 (dois mil, novecentos e oitenta e sete reais e vinte centavos), e diz que o valor informado anteriormente cerca de R$24.000, não era o valor correto, pois não estaria considerando a outra unidade executora do Conselho Estadual de Educação, explicou que a SEE está tentando apurar o porquê dessa divergência, e que seria bom consultar a SEF , já que inclusive nas perguntas que nos encontramos eles informam que a atualização é feita pelo SIAFI diariamente, e não é o que tem ocorrido. Daí a sugestão para provocar a SEF para ver o que eles respondem. O conselheiro Múcio pede a palavra e diz que não acompanhou o treinamento do CECANE na questão ao gasto com agricultura familiar, parece que o valor percentual não corresponde. E a Secretária Executiva Janete diz que no SIGPC Público pela consulta da Secretaria da Educação, está constando que chegou aos 13% por cento, na verdade foi mais de 24 % por cento. E o conselheiro Múcio reforça que é importante acertar essas informações , pois esse erro compromete inclusive a Prestação Contas , e é preocupante , diz que leu o Ofício 04/2021 da DISE que fala a respeito de Controle de Estoque ,diz que há muita reclamação da dificuldade e burocracia em relação a esse Ofício, fala que não sabe se é geral, se está contido apenas em uma Superintendência, e como está sendo feito a orientação, o que se vê são diretores apavorados, porque é final de ano, com muitos problemas para resolver e com poucos funcionários, todos comprometido com o trabalho em excesso, e uma demanda que se não for colocada em dia, pode gerar inclusive, a inadimplência escolar. A RT Tatiane fala que o Controle de estoque sempre esteve no controle do FNDE, e na Resolução 6, ele trouxe novamente essa obrigação da entidade executora, e na Nota Técnica da SEE , do mês de fevereiro de 2021, já havíamos pontuado essa obrigação do Controle de Estoque porém em outubro, para facilitar o trabalho dos diretores , foi encaminhado as planilhas de controle de estoque, e estamos pedindo que as SREs acompanhem, e com isso estimular eles a preencherem, ou pelo menos tentar preencher da forma correta. E que eles enviem preenchido até o dia 10 do próximo mês todas as planilhas de controle de entrada e saída, controle de estoques e o número de refeições servidas, para a SRE até o dia 10 de cada mês. E diz que, por isso que está gerando essas dúvidas e dificuldade das escolas enviamos as planilhas no final de outubro e essas planilhas é como se fosse uma novidade para eles. mas o fato de contar que o controle de estoque deveria fazer parte da Prestação de Contas está na Nota Técnica desde fevereiro e somos obrigados a fazer isso por causa das cobranças do TCU do Ministério Público e do próprio FNDE.O conselheiro Mucio diz que tem uma preocupação com o entendimento que, inclusive em algumas escolas, estão orientando que o aluno não possa repetir a alimentação, porque computaria em uma nova refeição, e eles sairiam do quantitativo, e que inclusive teria uma definição de peso máximo de alimento por aluno. E que não mais estaria disponibilizando café, que estaria proibido para os trabalhadores, sendo que há inclusive recurso especial para alimentação do Trabalhador na escola, A RT Tatiane diz que não é proibido repetir, porém tem que constar na contagem de refeições, e também a alimentação do Servidor, e reforça que é necessário ter um controle de estoque e associar com o número de refeições, saber o número real de refeições servidas , porque não se pode usar uma quantidade de alimentos, dizer que serviu 50 pessoas sendo que atendeu 100 no total. Tem que colocar o número real de refeições. E ter esse Registro para que se em algum momento, precisar apurar tanto alguma irregularidade quanto alguma situação alimentar prejudicada e com os alunos, termos condições de fazer esse cálculo. E diz que em relação ao Café do Servidor apesar de ter o recurso para eles, o recurso que a SEE repassa para alimentação do Servidor é para que a alimentação do Servidor seja igual à do aluno. Fala que a orientação é que se o café não consta no cardápio ele não deve estar sendo ofertado, senão terá uma alimentação diferenciada para o servidor do mesmo jeito, então servidor tem direito a refeição tem né tá sendo repassado recurso para estar Mas é a mesma refeição do aluno até porque senão quando a gente pegar o quantitativo de açúcar no total do mês, irá extrapolar os 5% por cento, que é o permitido para ingrediente culinário, pelo FNDE, por conta desse cafezinho que normalmente é com açúcar para o servidor ,então se a questão do cafezinho é essa, o servidor tem direito, mas o mesmo direito à mesma refeição do aluno. Os conselheiros mais antigos devem lembrar que houve uma época em que tivemos muito problema que às vezes a escola fazia um cafezinho para o servidor mas aí se fazia também: bolo, biscoitinho e outras coisas, e para o aluno às vezes não sobrava tempo do ASB fazer a alimentação conforme a cartilha porque ele gastava seu tempo fazendo outras coisas, então a questão do cafezinho é durante o período da pandemia onde só tinha servidor e era ofertado só para o servidor, mas no momento que se tem aula presencial a refeição dos dois tem que ser igual. O conselheiro Múcio diz que é preciso tirar essa dúvida em relação à não repetição o que para os Conselheiros é preocupante, porque infelizmente, como uma parte expressiva dos alunos tem como principal refeição, a alimentação escolar. Porque são situações e diferentes, cada situação é uma, não dá para avaliar no geral e a informação na escola é que não pode repetir a alimentação. A conselheira Maria helena diz que nas escolas visitadas por ela nesses últimos dias é que podem repetir à vontade, e ela perguntou às ASB’s se os trabalhadores se alimentam na escola, elas responderam que é a mesma alimentação do aluno. Daí, é preciso averiguar de onde vem essas informações. Fala que perguntou a uma colega em Uberaba se na escola os alunos repetem e ela respondeu que enquanto tiver comida na panela, eles podem comer à vontade, e a RT Tatiane reporta à conselheira Maria Helena dizendo que se está pronto, se tem que ser ofertado para o aluno, e a SEE nunca orientou que não se podia repetir, e a conselheira responda que não precisa nem falar que ele se ele está com fome ainda, e nem sobrar para o vespertino, se já foi separado as comidas para fazer no vespertino. O conselheiro Múcio pede a palavra e diz que como tem contato com muitos diretores, alguns desses chegam até ele para tirar dúvidas, e ele pede que eles aguardem para que possa pegar informações concretas. A Presidente Célia pergunta à RT Tatiane, falando sobre escolas em que ela e a conselheira Maria Helena visitaram em Belo Horizonte, que estavam com os Kits de alimentação prontos, e essa escola distribuiu metade dos Kits. E receberam orientação da SEE suspendendo a distribuição, e estavam desembalando os produtos e acondicionando na despensa, e pergunta se houve alguma orientação da SEE a esse respeito para todas as escolas. E ainda, como fica essa situação A RT Tatiane responde que o que foi repassado é que para as escolas que retornaram em sua totalidade, não era para se distribuir mais os Kits. Porém, para as escolas que tiveram aulas suspensas e alunos que não retornaram cem por cento, por questão de saúde entre os municípios e a escola, porém durante reunião feita com os DAF’s foi pontuado que se trabalharia com as realidades. E diz que recebeu por e-mail a orientação que se a escola já tiver com contrato pronto ou com os Kits prontos dentro da escola, ou caso a escola já tiver ofertado uma parte dos Kits para os alunos da escola, desde que o recurso seja suficiente para o atendimento de todos os alunos que estão dentro da escola com alimentação de qualidade, e ainda fosse possível fazer o Kit 5, que poderiam manter a entrega dos Kits dentro da escola. A alimentação dentro da escola passou a ser prioridade a partir do momento que tem cem por cento dos alunos dentro da escola. A Presidente Célia relembra que os kits que estavam sendo abertos, estavam todos prontos, porém com data de validade bem próxima e tiveram que ser desmanchados e colocados na despensa. E pergunta também sobre o Manual de boas práticas, se ele está pronto e se poderia encaminhar para seu e-mail. A RT Tatiane responde que o Manual de Boas Práticas tem que ser feito por escola. A SEE tem trabalhado com o manual do modelo do FNDE que está no site do FNDE. E por ele, o nutricionista lança as informações das escolas, todos os pontos que ele observa e o próprio sistema já gera o manual, e a SEE faz alguma adequação ou ajuste, porém o manual já sai pronto, e como é padrão, é utilizado esse que está no site. O convidado Fábio Proença pergunta à RT Tatiane sobre as escolas híbridas, qual a orientação da SEE à respeito, faz a alimentação na escola e distribui os Kits? A RT Tatiane responde a ele que as escolas híbridas continuam a distribuição do Kit 5. Porém, elas têm que fazer o Kit e alimentação na escola. E a Presidente Célia passa a palavra para a Secretária Executiva Janete que continua falando sobre os assuntos gerais: E-mail de 08/11 – enviado a Prestação de Contas e DISE – solicitação da Presidente Célia quanto a dispensa do 5ª Kit em virtude do retorno das aulas presenciais - foi encaminhado o questionamento sobre a questão da suspensão do quinto kit, que havia dúvidas, para a DISE e para o setor de Prestação de contas, e a conselheira Valéria junto com o Sr. Roberto Horta encaminharam a orientação que foi repassada. A RT Tatiane fala que poderia ser feito a distribuição dos kits caso fosse necessário, desde que mantivesse o atendimento para aqueles alunos presentes; E-mail de 05/11/2021, recebido do CECANE UFV referente ao Monitoramento do PNAE 2021; E-mail de 11/11 recebido do Coordenador da Alimentação Escolar, Sr. Roberto Horta, encaminhando informações de escolas que não receberam recursos; E-mail de 11/11 – recebido do Fábio do DIEESE – encaminhando questionamentos referente ao 1º Semestre; E-mail de 12/11 – enviado ao CECANE UFV – encaminhamento da documentação solicitada para o monitoramento; E-mail de 13/11/2021 do FIAN com os materiais oficina realizada para conselhos de alimentação escolar e de SAN; E-mail de 17/11/2021 enviado ao Sr. Rodrigo Maçal, indicado como conselheiro pela FASPA, com legislação do PNAE; E-mail de 17/11 recebido da SEDESE, convidando a Presidente Célia para participar da 4ª Plenária de 2021, realizada em 18 e 19/1, E-mail de 23/11 recebido do CECANE UFV com Convite para III FORMAÇÃO VIRTUAL PARA CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PROMOVIDO PELO CECANE UFV/FNDE, de 01 e 02/12/2021; E-mail recebido do CECANE UFV em 24/11/2021, com os slides da reunião realizada em 26/11/2021; E-mail recebido em 26/11/2021 do CECANE UFV com Convite parra FORMAÇÃO VIRTUAL PARA OS ATORES SOCIAIS DO PNAE, de 08 e 09/12/2021; E-mail de 30/11/2021 recebido do PROEDUC; E-mail de 01/12/2021 recebido da Tatiane Guimarães Perri Maciel, nutricionista responsável pelo PNAE do Estado junto ao FNDE; E-mail de 01/12/2021 recebido da Thais Ferreira de Alencar Freitas, disponibilizando o 3º Trimestre da Prestação de Contas do PNAE/2021A Presidente Célia recebeu convite da SEDESE. Recebemos também o convite para próxima formação que será nos dias 8 e 9 de dezembro, e encaminhamos para todos os Conselheiros convite referente ao CECANE; encaminhamos Ofício para PROEDUC, no mês de novembro referente a demora das respostas da SEE/MG às solicitações do Conselho, e eles encaminharam resposta falando que só atendem a questão de assuntos internos e enviaram outro endereço de e-mail para o qual devemos endereçar os ofícios. Fala que estamos aguardando retorno com o nome para quem iremos enviar o ofício. A Secretária Executiva Janete passa a palavra para a RT Tatiane e essa diz que compartilhou com o Conselho, e-mail onde consta seu nome como responsável técnico de um município para algumas escolas, e passa a palavra para a RT Tatiane para que ela fale, e ela diz que onde eles pontuaram que no retorno às aulas a nutricionista verificou algumas creches, quando eles foram dar informação para o CAE, e eles disseram que não eram responsáveis por aquelas creches, e que elas estavam sobre a responsabilidade técnica da RT Tatiane, no E-PNAE, e constava como responsável o CAE estadual, onde citaram os nomes de todos os conselheiros no e-mail, porém como a própria responsável disse, a senhora Daniela, que os programas do FNDE estão muito instáveis, dando muito erro, daí, se imaginou que fosse algum erro do sistema. E encaminhou e-mail de resposta para eles, pedindo que verificassem, pois, a Sra. Tatiane é responsável técnica pelas escolas do estado e que o CAE que constava era o CAE Estadual que também é responsável pela rede estadual. Disse que encaminhou e-mail para o FNDE b questionando essa situação, e eles responderam que no sistema deles estava tudo correto. E constava a senhora Tatiane Guimarães Perri Maciel como responsável pelas escolas estaduais. E o CAE automaticamente vinculado à rede estadual e que teriam enviado a situação para os responsáveis pelo E-PNAE para que fizessem a regularização. A Secretária Executiva Janete fala sobre o último ponto de pauta, que foi disponibilizado no Drive, o terceiro trimestre da Prestação de Contas de 2021. A Presidente Célia pede a palavra e diz que no dia do treinamento, havia uma conselheira do CAE de Mendes Pimentel, e ela fez um questionamento de porque o CAE Estadual agia prontamente mediante uma visita que havia sido feito de uma denúncia da rede Municipal de Mendes Pimentel, mas quem foi averiguar foi o CAE Estadual, denúncia essa recebida do CONSEA e da SEDESE, e que uma pessoa havia conversado com a Presidente Célia, e essa disse não saber sobre a denúncia do município, e ela respondeu à essa pessoa que se ela não sabe, procurará saber para dar a informação correta, e mesmo assim o CAE estadual se disponibilizou a ir até a cidade de Mendes Pimentel para averiguar e foi verificado que a denúncia não procedia. E nessa reunião estavam presentes representantes da SEDESE e do CONSEA.O convidado Fábio pede que encaminhe os dados para sua análise antes da próxima reunião. Fica agendada a próxima reunião para Prestação de Contas - 1º semestre de 2021, para o dia 16 de dezembro de 2021.A Presidente Célia agradece a presença de todos e nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião e eu, Janete Gonçalves, Secretária Executiva do Conselho, juntamente com minha equipe, lavrei a presente Ata que vai assinada por mim e pelos conselheiros presentes. Belo Horizonte, 02 de dezembro de 2021.